



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005342-55.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **SIVALDO GREGORIO DFOS SANTOS**
Requerido: **JOSÉ FLORES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu quantia em dinheiro decorrente da troca de veículos que teriam feito entre si.

Existem nos autos duas versões para explicar como se deram os fatos trazidos à colação.

A do autor dá conta de que o réu se comprometeu a ressarcir-lhe a importância de R\$ 3.000,00 decorrente da diferença dos valores dos automóveis envolvidos na transação.

Não o fez, porém.

Já o réu sustenta que nada deve ao autor, porquanto recebeu do mesmo veículo que estaria quitado, mas sobre o qual na verdade pesa dívida de financiamento elevada.

Ademais, indica ter sido ludibriado com o desembolso de montante superior ao propalado pelo autor como necessário à reparação do automóvel que ele lhe entregou, o qual estava para ser consertado em oficina mecânica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim posta a divergência entre as partes, incumbia ao autor a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, por força do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus.

Com efeito, nenhum dado material sequer confere verossimilhança à versão do autor e ele deixou claro a fl. 06 que não tinha interesse no alargamento da dilação probatória.

A conclusão que daí decorre é a de que à míngua de base minimamente sólida que respaldasse as palavras do autor, seu pleito não reúne condições de acolhimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**